
***Central Eólica
Babilônia IV S.A.***
***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2018
e relatório do auditor independente***



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Central Eólica Babilônia IV S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Eólica Babilônia IV S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Central Eólica Babilônia IV S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para fins comparativos, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre elas.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Central Eólica Babilônia IV S.A.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:


- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Central Eólica Babilônia IV S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2019


Priscilla Kausch Lopes
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 1SP000150/O-5


Valdir Renato Coscodai
Contador CRC 1SP165875/O-6

Central Eólica Babilônia IV S.A.

Balancos patrimoniais findo em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2018	2017
Circulante			não auditado
Caixa e equivalentes de caixa	7	225	43.157
Concessionárias	8	2.213	-
Imposto de renda e contribuição social a compensar	9.1	36	-
Outros impostos a compensar	9.2	1	-
Despesas antecipadas		1	-
Outros créditos	10	-	1.202
		<u>2.476</u>	<u>44.359</u>
Não Circulante			
Outros créditos	10	497	-
Imobilizado	11	173.092	52.554
		<u>176.065</u>	<u>96.913</u>
Total do ativo		<u>176.065</u>	<u>96.913</u>
Passivo	Nota	2018	2017
Circulante			
Fornecedores	12	16.107	326
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9.1	83	-
Outros impostos a pagar	9.2	104	32
Empréstimos e financiamentos	13	5.453	447
		<u>21.747</u>	<u>805</u>
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	13	111.619	59.698
Provisão para desmantelamento	14	500	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	10	5.000	-
Outras contas apagar	10	2.300	988
		<u>119.419</u>	<u>60.686</u>
Patrimônio líquido	15		
Capital social		35.582	35.582
Prejuízos acumulados		(683)	(160)
		<u>34.899</u>	<u>35.422</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>176.065</u>	<u>96.913</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Babilônia IV S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Nota	2018	2017 não auditado
Receita operacional líquida	16	<u>2.655</u>	<u>-</u>
Custo do serviço de energia elétrica			
Custo com energia elétrica			
Encargos de uso da rede elétrica		<u>(627)</u>	<u>-</u>
	17	<u>(627)</u>	<u>-</u>
Custo de operação			
Materiais e serviços de terceiros		(707)	-
Depreciações		(482)	-
Outros custos de operação		<u>(12)</u>	<u>-</u>
	18	<u>(1.201)</u>	<u>-</u>
		<u>(1.828)</u>	<u>-</u>
Lucro bruto		<u>827</u>	<u>-</u>
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	17	<u>(34)</u>	<u>(125)</u>
Resultado antes do resultado financeiro e tributos sobre o lucro		<u>793</u>	<u>(125)</u>
Receitas financeiras		4	241
Despesas financeiras		<u>(954)</u>	<u>(229)</u>
Resultado financeiro	18	<u>(950)</u>	<u>12</u>
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		<u>(157)</u>	<u>(113)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	19	<u>(366)</u>	<u>-</u>
Resultado líquido do exercício		<u>(523)</u>	<u>(113)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Babilônia IV S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 não auditado
Resultado líquido do exercício	(523)	(113)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>(523)</u>	<u>(113)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Babilônia IV S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2017 (não auditado)	28	-	(5.445)	(5.417)
Aumento de capital conforme AGO	35.554	-	-	35.554
Prejuízo do exercício	-	-	(113)	(113)
Outros resultados abrangentes (nota 15)			5.398	5.398
Saldos em 31 de dezembro de 2017	35.582	-	(160)	35.422
Prejuízo do exercício	-	-	(523)	(523)
Saldos em 31 de dezembro de 2018	35.582	-	(683)	34.899
#				
#				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Eólica Babilônia IV S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro

(Em milhares de Reais)

	2018	2017 não auditado
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	(157)	(113)
Depreciação	482	-
Encargos de dívidas sobre empréstimos e financiamentos	928	-
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	(3)	-
Juros provisão para desmantelamento	5	-
Ajuste contrato suprimento de energia pela energia gerada (nota 8 e 16)	2.556	-
	<u>3.811</u>	<u>(113)</u>
Imposto de renda e contribuição social a compensar	# (33)	2.783
Outros impostos a compensar	# (1)	-
Despesas pagas antecipadamente	(1)	-
Outros créditos	705	(1.202)
Fornecedores	104	244
Outros impostos a pagar	(140)	29
Outras contas a pagar	1.311	(7.193)
	<u>987</u>	<u>(5.452)</u>
	#	
Imposto de renda e contribuição social pagos	(71)	-
Fluxo de caixa líquido proveniente (aplicados nas) das atividades operacionais	# <u>916</u>	<u>(5.452)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado	<u>(97.316)</u>	<u>(27.545)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	# <u>(97.316)</u>	<u>(27.545)</u>
	#	
	#	
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Aumento de capital	-	35.554
Adiantamento para futuro aumento de capital	5.000	(17.853)
Partes relacionadas	-	(7.128)
Títulos recebidos	-	5.400
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(42.932)</u>	<u>43.121</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	43.157	36
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>225</u>	<u>43.157</u>
	<u>(42.932)</u>	<u>43.121</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas das demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Central Eólica Babilônia IV S.A. (“Companhia” ou “Babilônia IV”), Sociedade Anônima de capital fechado, constituída em 22 de fevereiro de 2011, controlada da Babilônia Holding S.A., tem como objeto social a realização de estudos, projetos, construção, instalação, implantação, operação comercial, manutenção, a exploração do potencial da Central Eólica Babilônia IV, a comercialização da energia a ser gerada por esse empreendimento, bem como a prática de atos de comércio em geral, relacionados a essas atividade.

A Companhia tem sede e foro na Rua Gomes de Carvalho, nº 1996, 10º andar, sala 32, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo.

1.1 Autorização do Parque Eólico Babilônia IV

A Companhia em 13 de novembro de 2015 vendeu 14,7 MW médio de energia no Leilão de Energia de Reserva (LER), por meio do projeto de geração eólica: Ventos de Santa Emília, localizado no estado da Bahia, região nordeste do Brasil.

Em 24 de novembro de 2018, por meio dos Despachos Nº 2.711, a ANEEL liberou as unidades geradoras de Babilônia IV para início de operação comercial.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Boards* (IASB).

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração da Companhia autorizou a emissão das demonstrações financeiras em 11 de março de 2019.

Após sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo.

Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as

informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- I. Informações de Nível 1 são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;*
- II. Informações de Nível 2 são informações, que não os preços cotados incluídos no Nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;*
- III. Informações de Nível 3 são informações não observáveis para o ativo ou passivo.*

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa nº 4.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de Reais, arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Instrumentos financeiros: classificação dos instrumentos financeiros (nota explicativa nº 5n e nº20);

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Imobilizado: determinação do valor residual, com base em dados não observáveis significativos (nota explicativa nº11);

- Provisão para desmantelamento: reconhecimento mensurável das provisões; principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos (nota explicativa nº14); e

5 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia para os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo custo amortizado que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço.

b. Concessionárias

Representadas, basicamente, por contratos bilaterais de venda de energia faturadas e não faturadas. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

c. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente repostado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

A depreciação é calculada pelo método linear, a taxa anual é de 3%, levando em consideração a vida útil estimada dos bens. Os ativos estão sendo depreciados por essas taxas, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo.

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos pelo valor líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais.

d. Licenças ambientais

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e na instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo dos parques eólicos e depreciadas pelo período de operação dos devidos parques, limitados ao prazo de autorizações e registros.

e. Redução ao valor recuperável

Ativos financeiros

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável. Os valores recuperáveis foram determinados com base no valor em uso.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. No caso da Companhia, existe uma única UGC.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

As perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

f. Demais ativos circulantes e não circulantes

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

g. Fornecedores

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais e serviços e de encargos de uso da rede elétrica. Os valores estão contabilizados de acordo com o regime de competência.

h. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente nas dastas em que são originados. Adicionalmente, são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

i. Provisões

Desmantelamento

São constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica de base eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida em resultados.

j. Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

k. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes registrados no resultado são calculados conforme sistemática do lucro presumido, cujas bases de cálculo do imposto de renda e da contribuição social foram apuradas às alíquotas de 8% e 12%, respectivamente, aplicadas sobre o montante da receita bruta segundo a legislação vigente. Sobre a base de cálculo, para o imposto de renda, são aplicadas às alíquotas de 15%, acrescida de 10% sobre o que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social corrente calculada à alíquota de 9%.

As despesas com Imposto de renda e contribuição social correntes são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

Os juros e multas relacionados ao impostos de renda e a contribuição social, incluindo tratamento fiscais incertos, são contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

l. Capital social

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

As ações têm direito a dividendos mínimos de 25% do lucro líquido ajustado, na forma da lei, podendo a ele ser imputado o valor dos Juros Sobre Capital Próprio - JSCP pagos ou creditados,

individualmente aos acionistas, a título de remuneração do capital próprio, integrando o montante dos dividendos a distribuir pela Companhia, para todos os efeitos legais e nos termos da Lei nº 9.249/95 e regulamentação posterior.

m. Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

- ***Receita operacional líquida***

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de energia elétrica no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

A receita de operações com energia elétrica é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento de suprimento de energia é efetuado mensalmente, com base nos contratos bilaterais. Eventuais diferenças provenientes da energia faturada em relação à energia despachada são reconhecidas como provisão e liquidadas subsequentemente no exercício seguinte.

- ***Receitas e despesas financeiras***

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras e atualização de tributos a compensar. As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias sobre empréstimos e financiamentos e ajuste a valor presente.

n. Ativos e passivos financeiros

A partir de 1º de janeiro de 2018, a Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos e passivos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

Classificação dos instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, são mensurados conforme descrito abaixo:

(i) Custo amortizado

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial são mantidos do custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Aplicações financeiras (nota explicativa nº 7)
- Concessionárias (nota explicativa nº 8)
- Outros créditos

(ii) Outros passivos financeiros ao custo amortizado

São designados para essa categoria somente os ativos e passivos financeiros cujo registro é o montante pelo qual os mesmos são mensurados em seu reconhecimento inicial, menos as amortizações de principal, mais os juros acumulados calculados com base no método da taxa de juros efetiva menos qualquer redução por ajuste ao valor recuperável ou impossibilidade de pagamento. Os principais instrumentos financeiros classificados nesta categoria são:

- Transações com partes relacionadas (nota explicativa nº 10)
- Outras contas a pagar
- Fornecedores (nota explicativa nº 12)
- Empréstimos e financiamentos (nota explicativa nº 13)

Impairment

A partir de 1º de janeiro de 2018, para as contas a receber de clientes, a Companhia aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo IFRS 9/CPC 48 e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

Políticas contábeis adotadas até 31 de dezembro de 2017

Conforme permitido pelas regras de transição do IFRS 9/CPC 48, a nova norma foi adotada pela Companhia a partir de 1º de janeiro de 2018, sem a reapresentação das cifras comparativas do exercício de 2017. Por esse motivo, as práticas contábeis adotadas na elaboração das informações comparativas são as mesmas divulgadas nas demonstrações financeiras do exercício anterior de 31 de dezembro de 2017, cujo resumo apresentamos a seguir:

Classificação

Até 31 de dezembro de 2017, o Grupo classificava seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação dependia da finalidade para a qual os ativos financeiros eram adquiridos.

(i) Reconhecimento e mensuração

A mensuração inicial não foi alterada com a adoção do IFRS 9/CPC 48.

Subsequentemente, os ativos financeiros eram baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tivesse transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis eram contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado eram apresentados na demonstração do resultado em "Outros ganhos (perdas), líquidos" no período em que ocorressem.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda eram vendidos ou sofrem perda (impairment), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, eram incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, eram reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

o. Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, pelo prazo do arrendamento.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2018. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

IFRS 16 - "Operações de Arrendamento Mercantil":

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu, em Janeiro de 2016, a IFRS 16 – Arrendamentos, tendo a mesma sido adotada pela UE em 31 de Outubro de 2017, com data efetiva de aplicação obrigatória para exercícios com início a partir de 1 de Janeiro de 2019.

Esta norma define os princípios para o reconhecimento, mensuração e apresentação de arrendamentos, substituindo a IAS 17 - arrendamentos e as respetivas orientações interpretativas. A IFRS 16 apresenta um modelo único de contabilização para o arrendatário na sua demonstração da posição financeira. Um arrendatário é obrigado a aplicar a IFRS 16 nos seus arrendamentos utilizando a abordagem retrospectiva completa ou a abordagem retrospectiva modificada (sem reexpressão das suas informações financeiras do período anterior). Um arrendatário aplica a abordagem de transição escolhida de forma consistente a todos os arrendamentos nas quais é arrendatário. O impacto mais significativo será o reconhecimento do direito de uso (ROU) dos ativos e passivos de arrendamento para os arrendamentos operacionais, a menos que o prazo de arrendamento seja de 12 meses ou inferior, ou que a arrendamento de ativos seja de baixo valor. A contabilização no arrendador permanece semelhante à norma atual, ou seja, à IAS 17.

A Companhia reconhecerá um direito de uso do ativo (ativo de ROU) e um passivo de arrendamento se o contrato transmitir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de uma retribuição. Para avaliar se um contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia avalia se: i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado; ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos do uso do ativo durante todo o período de uso; e iii) a Companhia tem o direito de gerir o uso do ativo.

A Companhia adotará a nova norma na data efetiva exigida, de acordo com a abordagem de transição retrospectiva modificada, sem ajustamentos no balanço de abertura nem reexpressão da informação comparativa.

Na aplicação inicial da IFRS 16 relativamente a arrendamentos anteriormente classificadas como arrendamentos operacionais, a Companhia reconhecerá um direito de uso do ativo (ROU) e um passivo de arrendamento, que corresponde aos pagamentos dos contratos de arrendamento descontados utilizando a taxa incremental de financiamento da Companhia para cada carteira de arrendamentos, com referência a 1 de Janeiro de 2019. Conforme previsto pela norma, a Companhia optou por mensurar o ROU do ativo no montante do passivo de arrendamento na adoção (ajustado de todos os pagamentos antecipados ou despesas de arrendamento acrescidas).

Em 2018, a Companhia procedeu a uma avaliação pormenorizada do impacto em todos os aspetos da IFRS 16. Esta avaliação tem por base a informação atualmente disponível e pode estar sujeita a alterações devido a esclarecimentos sobre a divergência identificada na prática corrente do sector, relacionada principalmente com os contratos para o uso de terrenos onde estão localizados os parques eólicos. Portanto, os impactos da adoção estão sujeitos a alterações até a apresentação das primeiras demonstrações financeiras que incluam a data da aplicação inicial.

Com o objetivo de avaliar os impactos qualitativos e quantitativos na adoção da Norma, a Companhia efetuou um inventário dos contratos de arrendamento ativos. Em conformidade, a Companhia reconhecerá novos ativos e passivos para as suas arrendamentos operacionais, nomeadamente os terrenos onde estão localizados os parques eólicos, imóveis, veículos e outros ativos arrendados. A natureza das despesas associadas a essas arrendamentos será entretanto alterada uma vez que a Companhia reconhecerá um gasto de depreciação para o direito de uso dos ativos e um encargo financeiro sobre os passivos de arrendamento.

No contexto da aplicação inicial da IFRS 16, a Companhia não prevê um aumento no seus ativos fixos tangíveis e passivos de arrendamento na demonstração consolidada da posição financeira em 1 de Janeiro de 2019. Uma vez que o seus contratos de arrendamento são de remuneração variável.

A Administração da Companhia está avaliando os potenciais impactos da adoção deste novo pronunciamento.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
		não auditado
Bancos conta movimento	1	35
Aplicações financeiras - renda fixa	<u>224</u>	<u>43.122</u>
Total	<u><u>225</u></u>	<u><u>43.157</u></u>

As aplicações financeiras de curto prazo, referente a 2018 de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificado de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxa de 20% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (98% do CDI em 2017).

Os ganhos ou perdas decorrentes de variações desses ativos são apresentados na demonstração do resultado em resultado financeiro no exercício em que ocorrem (Nota explicativa nº18).

8 Concessionárias

A composição da conta concessionárias é como segue

	<u>Concessionárias</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Circulante		não auditado
CCEE (*)	671	-
CER (**)	<u>1.542</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>2.213</u></u>	<u><u>-</u></u>

* Câmara de comercialização de energia elétrica

** Contrato de energia de reserva

Em 31 de dezembro de 2018 o saldo era composto pelos seguintes valores:

R\$671 (30%) para Câmara de Comercialização de Energia – CCEE; R\$1.542 (70%) composto pelo contrato bilateral de suprimento de energia elétrica da Companhia com a CCEE – CER.

A Administração da Companhia entendeu não ser necessária a constituição de provisão para crédito de liquidação duvidosa por não haver expectativa de perdas em toda a carteira de recebíveis.

Composição por vencimento do contas a receber em 31 de dezembro de 2018:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
A vencer		não auditado
Até 60 dias	1.542	-
Mais de 60 dias	<u>671</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>2.213</u></u>	<u><u>-</u></u>

Os contratos do CER, tem as seguintes características; (i) o contrato prevê o pagamento de receita fixa independente, sobre garantia física pré estabelecida no contrato de fornecimento de energia; (ii) a contratação é feita com base em entregas anuais e quadrienais de energia; (iii) a CCEE realiza apurações anuais e quadrienais comparando a geração versus o montante contratado, sobre a ótica de quatro cenários, conforme segue.

<u>Cenários</u>	<u>Geração x Montante contrato</u>	<u>Resultados</u>
1	Abaixo de 90%	Ressarcimento Anual a CCEE
2	Entre 90% a 100%	Não gerar ressarcimento anual, e pode gerar ressarcimento quadrienal
3	Entre 100% a 130%	Gera saldo positivo na apuração quadrienal
4	Acima de 130%	Gera recebimento, é valorado ao PLD no mercado de curto prazo (MCP), nos meses em que a energia for gerada acima do compromisso contratual

9 Impostos

9.1 Imposto de renda e contribuição social a compensar e a pagar

	Saldo em 31/12/2017	Adição	Atualização monetária	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2018
Ativo - Compensáveis	não auditado					
Imposto de renda e contribuição social	-	33	3	-	-	36
Total	<u>-</u>	<u>33</u>	<u>3</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>36</u>
Circulante	-					36
	<u>-</u>					<u>36</u>
Passivo - a recolher						
Imposto de renda e contribuição social	-	366	-	(71)	(212)	83
Total	<u>-</u>	<u>366</u>	<u>-</u>	<u>(71)</u>	<u>(212)</u>	<u>83</u>
Circulante	-					83
Total	<u>-</u>					<u>83</u>

9.2 Outros impostos a compensar e a pagar

	Saldo em 31/12/2017	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2018
Ativo - Compensáveis	não auditado				
IRRF sobre aplicações financeiras	-	253	-	(252)	1
Total	<u>-</u>	<u>253</u>	<u>-</u>	<u>(252)</u>	<u>1</u>
Circulante	-				1
	<u>-</u>				<u>1</u>
Passivo - a recolher	Saldo em 31/12/2017	Adição	Adiantamentos / Pagamentos	Compensação de tributos	Saldo em 31/12/2018
ICMS sobre diferencial de alíquota	-	31	(31)	-	-
PIS e COFINS	11	133	(11)	(33)	100
ISS	14	532	(544)	-	2
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	2	13	(10)	(4)	1
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	2	15	(13)	(3)	1
Outros	3	144	(147)	-	-
Total	<u>32</u>	<u>868</u>	<u>(756)</u>	<u>(40)</u>	<u>104</u>
Circulante	32				104
Total	<u>32</u>				<u>104</u>

10 Transação com partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com sua controladora, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do exercício e estão apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) no exercício	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017	2018	2017
			não auditado		não auditado		não auditado	
Outros créditos								
Compartilhamento de custo construção linha de transmissão e subestação (b)	Babilônia I	31/12/2016	201	-	-	-	-	-
Compartilhamento de custo construção linha de transmissão e subestação (b)	Babilônia II	31/12/2016	296	-	-	-	-	-
Compartilhamento de custo construção linha de transmissão e subestação (b)	Babilônia III	31/12/2016	-	1.202	-	-	-	-
			<u>497</u>	<u>1.202</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Outras contas a pagar (circulante / não circulante)								
Compartilhamento de atividades e alocação de gastos (a)	EDP Renováveis Brasil	01/01/2016	-	-	2.300	988	(629)	-
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>2.300</u>	<u>988</u>	<u>(629)</u>	<u>-</u>
Adiantamento para futuro aumento AFAC	Babilônia Holding	31/12/2018	-	-	5.000	-	-	-
			<u>-</u>	<u>-</u>	<u>5.000</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
			<u>497</u>	<u>1.202</u>	<u>7.300</u>	<u>988</u>	<u>(629)</u>	<u>-</u>

- (a) **Compartilhamento de atividades e alocação de gastos**
A EDP Renováveis Brasil, controladora da Companhia, é responsável pelos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos que contemplam as atividades das áreas corporativas, descritas no contrato de gestão de serviço, operação e manutenção, sobre esse saldo não incide juros remuneratórios.
- (b) **Compartilhamento do custo de construção da linha de transmissão e subestação.**
Refere-se a recursos transferidos os a transferir para a Babilônia I, II e III para a construção da linha de transmissão e subestação que beneficiará todo o complexo Babilônia, compostos pelas empresas Central Eólica Babilônia I, II, III, IV e V, sobre esse saldo não incide juros remuneratórios.

10.1 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

A controladora direta da Companhia é a Babilônia Holding S.A. a controladora indireta é a EDP Renováveis Brasil S.A. e a controladora final é a EDP – Energias de Portugal S.A.

10.2 Remuneração dos administradores

A Companhia optou por não realizar pagamentos de remuneração do pessoal-chave da Administração através da Central Eólica Babilônia IV S.A. no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A remuneração da Administração da Companhia é paga integralmente pela Controladora EDP Renováveis Brasil S.A.

A Companhia não tem nenhuma obrigação adicional de pagamento de benefícios pós-emprego, bem como não oferecem outros benefícios de longo prazo, tais como licença por tempo de serviço e outros benefícios por tempo de serviço. A Companhia também não oferece outros benefícios no desligamento de seus membros da alta administração, além daqueles definidos pela legislação trabalhista vigente no Brasil.

11 Imobilizado

	Taxas anuais médias de depreciação %	31/12/2018			31/12/2017	
		Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo histórico não auditado	Valor líquido não auditado
Imobilizado em serviço						
Geração						
Máquinas e equipamentos	0,28%	173.400	(482)	172.918	-	-
Móveis e utensílios				-		
Total do Imobilizado em serviço		<u>173.400</u>	<u>(482)</u>	<u>172.918</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Imobilizado em curso						
Geração		174		174	52.554	52.554
Total do Imobilizado em curso		<u>174</u>	<u>-</u>	<u>174</u>	<u>52.554</u>	<u>52.554</u>
Total do imobilizado		<u>173.574</u>	<u>(482)</u>	<u>173.092</u>	<u>52.554</u>	<u>52.554</u>

A movimentação do imobilizado no exercício é a seguinte:

	Valor líquido em 31/12/2017 não auditado	Ingressos	Juros capitalizados	Depreciação	Transferência	Valor líquido em 31/12/2018
Imobilizado em serviço						
Máquinas e equipamentos	-	-	-	(482)	173.400	172.918
Total do imobilizado em serviço	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(482)</u>	<u>173.400</u>	<u>172.918</u>
Total do Imobilizado em curso	<u>52.554</u>	<u>114.374</u>	<u>6.646</u>	<u>-</u>	<u>(173.400)</u>	<u>174</u>
Total do imobilizado	<u>52.554</u>	<u>114.374</u>	<u>6.646</u>	<u>(482)</u>	<u>-</u>	<u>173.092</u>

A Companhia, através de um estudo realizado por empresa especializada, registra em seu imobilizado valor residual de R\$1.839.

A Companhia efetuou a análise de existência de indicadores (“triggers”) de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos. Em decorrência da ausência de ambas as situações, a Companhia não realizou o testes de recuperabilidade para os seus ativos imobilizados.

12 Fornecedores

	Circulante	
	31/12/2018	31/12/2017
		não auditado
Encargos de uso da rede elétrica	2	-
Materiais e serviços	<u>16.105</u>	<u>326</u>
Total	<u>16.107</u>	<u>326</u>

13 Empréstimos e financiamentos

13.1 Composições do saldo de empréstimo, financiamento e encargos de dívidas

Moeda nacional	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Custo da dívida	Forma de pagamento	31/12/2018				31/12/2017			
							Encargos		Principal		Encargos		Principal	
							Circulante	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Circulante	Não circulante	Total
BNDES	114.800	25/09/2017	109.110	25/09/2017 a 15/05/2035	TJLP + 2,48% a.a.	Principal e Juros mensais.	1.194	4.259	112.554	118.007	447	-	59.698	60.145
BNDES - custo de transação						Amortização mensal	-	-	(935)	(935)	-	-	-	-
Total							1.194	4.259	111.619	117.072	447	-	59.698	60.145

13.2 Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Valor líquido em 31/12/2017 não auditado	Ingressos	Juros provisionados	Transferências	Valor líquido em 31/12/2018
Circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas					
Principal	-	-	-	4.259	4.259
Juros	447	-	-	747	1.194
	447	-	-	5.006	5.453
Não circulante					
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas					
Principal	59.698	49.412	8.450	(5.006)	112.554
Custo de Transação	-	(945)	10	-	(935)
	59.698	48.467	8.460	(5.006)	111.619

13.3 Vencimentos das parcelas do não circulante

Vencimento	Tipo de moeda
	Nacional
Não circulante	
2020	7.035
2021	7.035
2022	7.035
2023	7.035
2024	7.035
2025 até 2029	35.173
2030 até 2035	42.206
Total	112.554

Em 25 de setembro de 2018 a Companhia finalizou a contratação junto ao BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do empréstimo, no valor total de R\$114.800. Esse empréstimo foi destinado à implementação do Parque Eólico Babilônia III, localizado nos municípios de Morro do chapéu, estado da Bahia. A remuneração do empréstimo é de TJPL

mais 2,48% ao ano. Os pagamentos do principal e juros são em 192 (cento e noventa e duas) parcelas na data de vencimento, sendo que a primeira parcela, em 15 de junho de 2019, finalizando em 15 de maio de 2035. Em 31 de dezembro de 2018 o valor do empréstimo liberado é de R\$ 109.112.

13.4 Garantias contratuais

Em virtude do referido empréstimo, a Companhia cedeu os seguintes itens como garantia: ações da Companhia, receita proveniente da venda de energia elétrica no ambiente regulado e os seus ativos de geração (máquinas e equipamentos).

13.5 Covenants contratuais

Adicionalmente, a Companhia ainda possui determinadas obrigações contratuais (covenants), em virtude do empréstimo contratado junto ao BNDES, as quais serão exigidas somente após o início das operações, que aconteceu à partir de 2018 (nota explicativa nº 1.1), abaixo detalhamos essas obrigações:

- Apresentar conta caução e depósito vinculado um saldo integral mínimo de O&M equivalente a 3(três) vezes o valor mensal da última prestação do serviço de manutenção do aerogeradores;
- Apresentar conta caução e depósito vinculado um saldo disponível na conta de reserva de serviço de dívida no valor 3 (três) vezes o valor mensal do serviço da dívida incluindo principal e juros;
- Manter anualmente um índice de cobertura da dívida de no mínimo, igual ou superior a 1,20.

A Administração da Companhia monitora essas obrigações contratuais de forma sistemática e constante, assegurando-se assim que essas obrigações sejam atendidas.

A Companhia atendeu plenamente à todas as obrigações restritivas (covenants quantitativos e qualitativos) e cláusulas cujos indicadores devessem ser mensurados na data base de 31 de dezembro de 2018.

14 Provisão para desmantelamento

	Não circulante	
	31/12/2018	31/12/2017
Desmantelamento	500	-
Total	500	-

A movimentação do desmobilização no exercício é a seguinte:

	<u>Desmantelamento</u>
Saldo em 31/12/2017	-
Adição	495
Reversão	-
Pagamento	-
Juros	5
Saldo em 31/12/2018	<u>500</u>

Provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza nas usinas de geração de energia elétrica eólica para fazer face às respectivas responsabilidades relativas a despesas com a reposição dos locais e terrenos. Estas provisões são constituídas devido a existência de um contrato de arrendamento no qual está determinado que a Companhia deverá devolver o terreno nas mesmas condições em que o encontrou no momento inicial do arrendamento.

A provisão para desmantelamento do Parque Eólico Babilônia IV está registrada em contrapartida ao Imobilizado (Nota explicativa nº 11). O prazo previsto para realização desta provisão é o término do contrato de arrendamento do Parque Eólico, conforme nota explicativa nº 21.1.1.

O cálculo do valor da provisão para desmantelamento dos parques eólicos foi efetuado com base na estimativa desses custos por entidades externas idôneas, experientes nesse tipo de atividade, projetado até ao fim da vida útil do parque eólico com atualização pelo IGP-M, e posteriormente calculado o valor presente dessa obrigação à taxa de desconto de 12,23% a.a.

15 Patrimônio líquido

15.1 Capital social

O Capital social em 31 de dezembro de 2018 totalmente integralizado é de R\$35.582 (2017 R\$ 35.582). O capital social é composto de 36.803.984 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal de posse 100% da Babilônia Holding S.A..

<u>Acionistas</u>	<u>Ações Nominativas</u>			
	<u>2018</u>	<u>%</u>	<u>2017</u>	<u>%</u>
Babilônia Holding S.A.	<u>36.803.984</u>	<u>100</u>	<u>36.803.984</u> não auditado	<u>100</u>
Total	<u>36.803.984</u>	<u>100</u>	<u>36.803.984</u>	<u>100</u>

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Outros resultados abrangentes

Em 20 de maio de 2016 e 23 de maio de 2016, a Companhia celebrou com o Banco Caixa Geral e com o Deutsche Bank, respectivamente, contratos globais de derivativos para a proteção de

fluxo de caixa futuro na aquisição dos aerogeradores, o contrato teve sua liquidação em 09 de junho de 2017. A Companhia utiliza a contabilidade de hedge (hedge accounting) para as diferenças entre moeda funcional da operação no exterior e a moeda funcional da controladora (Real). Dentro da efetividade do hedge, diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão de um passivo financeiro designado como hedge de um investimento líquido em uma operação estrangeira são reconhecidas em outros resultados abrangentes, sendo acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

15.2 Destinação do lucro

Conforme definido no artigo 21 do Estatuto Social da Companhia, os acionistas têm direito de receber dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido, depois de deduzida a parcela de constituição da reserva legal, na forma da Lei nº 6.404/76, artigo 202. No entanto, a Companhia deverá observar o disposto no parágrafo primeiro do artigo 21 do Estatuto Social, devido ao contrato de financiamento junto ao BNDES, o qual prevê que a Companhia poderá deixar de distribuir dividendos, juros sobre o capital próprio, ou qualquer título, pagamento ou remessas de recursos a seus controladores ou acionistas, em função de obrigações financeiras assumidas para consecução de seu objeto social. Entretanto, em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentou prejuízo acumulado de R\$683 (R\$160 em 2017).

16 Receita operacional líquida

	2018	2017
		não auditado
Suprimento de Energia elétrica	2.755	-
Receita operacional bruta	2.755	
(-) Deduções à receita operacional		
PIS/COFINS	(100)	-
Receita operacional líquida	2.655	-
MWH - gerado / comercializado	15.161	

17 Despesas operacionais

	2018					2017				
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Custo do serviço		Despesas operacionais		
	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Adm	Outras	Total	Com energia elétrica	De operação	Gerais e Adm	Outras	Total
Não gerenciáveis										
Encargos de uso da rede elétrica	627	-	-	-	627	-	-	-	-	-
	627	-	-	-	627	-	-	-	-	-
Gerenciáveis										
Serviços de terceiros	-	78	-	-	78	-	-	39	-	39
Compartilhamento de custo (Nota 10)	-	629	-	-	629	-	-	-	-	-
Depreciação	-	482	-	-	482	-	-	-	-	-
Aluguéis e arrendamentos	-	12	-	-	12	-	-	-	-	-
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	-	-	34	-	34	-	-	86	-	86
	-	1.201	34	-	1.235	-	-	125	-	125
Total	627	1.201	34	-	1.862	-	-	125	-	125

18 Resultado financeiro

	2018	2017
Receitas financeiras		não auditado
Renda de aplicações financeiras	887	241
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	3	-
(-) Juros capitalizados	(886)	-
	<u>4</u>	<u>241</u>
Despesas financeiras		
Juros e multa sobre impostos	(2)	-
Encargos de dívidas	(8.450)	(1.617)
Comissões sobre financiamento	(10)	(579)
Ajuste a valor presente	(5)	-
(-) Juros capitalizados	7.532	1.968
Outras despesas financeiras	(19)	(1)
	<u>(954)</u>	<u>(229)</u>
Total	<u>(950)</u>	<u>12</u>

19 Imposto de renda e contribuição social corrente

	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Prejuízo antes do IRPJ e CSLL	(157)	(113)	(157)	(113)
Alíquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	<u>39</u>	<u>28</u>	<u>14</u>	<u>10</u>
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL diferidos não reconhecidos	-	(28)	-	(10)
Ajuste lucro presumido	(317)	-	(124)	-
Incentivos fiscais				
Adicional IRPJ	<u>22</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado de IRPJ e CSLL	<u>(256)</u>	<u>-</u>	<u>(110)</u>	<u>-</u>
Alíquota efetiva	163,06%	0,00%	70,06%	0,00%

20 Instrumentos financeiros

Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada por meio da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que as atualizações das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

20.1 Classificação dos instrumentos financeiros

As classificações dos ativos e passivos financeiros e as políticas utilizadas pela Companhia para classificação, reconhecimento e mensuração estão divulgadas na nota explicativa 5.n

	<u>Categoria</u>	<u>Níveis</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Ativos financeiros				não auditado
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	custo amortizado	Nível 2	1	35
Caixa e equivalentes de caixa	custo amortizado	Nível 2	224	43.122
Concessionárias	custo amortizado	Nível 1	2.213	-
Outros créditos	custo amortizado	Nível 2	497	-
			<u>2.935</u>	<u>43.157</u>
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	custo amortizado	Nível 1	16.107	326
Empréstimos e financiamentos	custo amortizado	Nível 2	5.453	447
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	custo amortizado	Nível 2	111.619	59.698
Outras contas a pagar	custo amortizado	Nível 1	2.300	988
			<u>133.179</u>	<u>2.407</u>

Mensuração a valor justo

A hierarquização dos instrumentos financeiros por meio do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo da Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos financeiros:

- (i) Nível 1 . Preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- (ii) Nível 2 . Diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente:

- Empréstimos, financiamentos de curto e longo prazo

Valorizados com instrumentos financeiros com as mesmas características no mercado, tiveram o valor de mercado determinado com base no fluxo de caixa descontado, utilizando-se projeções de taxa de juros disponíveis. Os empréstimos e financiamentos do BNDES, não foi marcado a mercado por se trata de instrumento financeiro com característica exclusiva (sem correspondentes no mercado):

		31/12/2018	
		Contábil	Valor justo
Mensuradas ao custo			
Moeda nacional			
Instituição financeira			
BNDES	Nível 2	117.073	117.073
Total		117.073	117.073

(iii) Nível 3 . Para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas no mercado.

20.2 Risco de juros

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto representam fatores de riscos financeiros.

Os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia apresentados na nota explicativa nº 14, possuem como contraparte o agente Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições.

A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que se houver aumento da inflação e da taxa SELIC, poderemos ter um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da Companhia e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de ilustrar sua sensibilidade a mudança em variáveis de mercado, supondo:

- (i) Cenário I: estabilidade das taxas de juros e os respectivos indexadores anuais apurados na data base 31 de dezembro de 2018 (CDI 6,42% a.a., TJLP 6,98% a.a.);
- (ii) Cenário II: redução / elevação do índice em 25% e;
- (iii) Cenário III: redução /elevação do índice em 50%.

A projeção dos efeitos decorrentes da aplicação desses cenários no resultado financeiro da Companhia para os próximos 12 meses seria a seguinte:

Instrumentos	Indexador	Exposição	Cenário I	Elevação do índice em 25%	Elevação do índice em 50%
Ativo financeiro					
Aplicações financeiras CDB (*)	CDI	224	3	4	4
Subtotal		224	3	4	4
Passivo Financeiro					
Empréstimos e financiamentos BNDES	TJLP+2,48%	(117.073)	(11.075)	(13.844)	(16.613)
Subtotal		(117.073)	(11.075)	(13.844)	(16.613)
Varição		<u>(116.849)</u>	<u>(11.072)</u>	<u>(13.840)</u>	<u>(16.608)</u>

(*) As aplicações financeiras CDB e caução e depósitos vinculados tem uma remuneração média de 20% do CDI (a.a.)

20.3 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos e financiamentos captados pela Companhia são apresentados na nota explicativa nº 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional. Essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants” são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos “covenants” impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos “covenants” quantitativos por contrato aparecem descritos individualmente na nota explicativa nº 14. Até 31 de dezembro de 2018 todos os “covenants” quantitativos e qualitativos das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude, exceto a obrigação de manter uma reserva especial, s Companhia não poderá distribuir dividendos a seus controladores.

Os ativos financeiros mais expressivos são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº7) e Concessionárias (nota explicativa nº8). A Companhia em 31 de dezembro de 2018 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Consumidores e concessionárias, os saldos apresentados compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

Além do controle de covenants atrelado ao risco de liquidez, existem garantias contratadas (nota explicativa nº 21.2) para as rubricas de Empréstimos e financiamentos. Essas garantias

contratuais são o máximo que a Companhia pode ser exigida a liquidar, conforme os termos dos contratos de garantia financeira, caso o valor total garantido seja executado pela contraparte decorrente de falta de pagamento.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia. Para a rubrica de “empréstimos e financiamentos” e “provisões” estão considerados os fluxos de caixa projetado. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 13. As informações na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Valor contábil	Total	2018				
			Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos Financeiros							
Fornecedores	16.107	(16.107)	-	(16.107)	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	117.073	(129.195)	(1.493)	(4.478)	(15.404)	(23.106)	(84.715)
Provisão para desmantelamento	500	(15.739)	-	-	-	-	(15.739)
Total	133.680	(161.041)	(1.493)	(20.585)	(15.404)	(23.106)	(100.454)

20.4 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos. Essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de “Caixa e equivalente de caixa, Concessionárias, Cauções e depósitos vinculados”.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco de crédito na data de 31 de dezembro de 2018 é:

	2018	2017
Caixa e equivalente de caixa	225	43.157
Concessionárias	2.213	-
Total da exposição	2.438	43.157

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura, planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outras. Esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade. Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP - Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos.

As decisões sobre aplicações financeiras são orientadas por uma Política de Gestão de Riscos Financeiros da Companhia, que estabelece condições e limites de exposição a riscos de mercado avaliados por agências especializadas. A política determina níveis de concentração de aplicações em instituições financeiras de acordo com o rating do banco e o montante total das aplicações da Companhia, de forma a manter uma proporção equilibrada e menos sujeita a perdas.

21 Compromissos contratuais e Garantias

21.1 Compromissos contratuais

Em 31 de dezembro de 2018, os compromissos de compras (que não estão registrados nas demonstrações financeiras), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

	31/12/2018				
	Total	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Acima de 5 anos
Responsabilidades com locações operacionais	29.986	464	1.004	1.344	27.174
Obrigações de compra	1.580	1.341	105	67	67
	<u>31.566</u>	<u>1.805</u>	<u>1.109</u>	<u>1.411</u>	<u>27.241</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia.

21.1.1 *Responsabilidades com locações operacionais*

A Companhia firmou contratos de arrendamento mercantil operacional de imóveis para instalação e operação do parque eólico. Os contratos têm prazo de 35 anos e poderão ser renovados pelo mesmo período. O pagamento será efetuado com base no MW instalado e os contratos serão ajustados anualmente pelo IGP-M e IPCA.

21.1.2 *Obrigações de compra*

As obrigações de compra incluem essencialmente os contratos de prestação de serviço e de compra de peças dos aerogeradores para manutenção do Parque, além dos contratos relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

21.1.3 *Compromisso associado ao contrato de comercialização de energia no ambiente regulado*

A Companhia assinou contratos de comercialização de energia no ambiente regulado com diversos distribuidores de energia. Tais contratos possuem prazo de vigência de 1º de dezembro 2018 a 31 de dezembro 2035. Como consequência, 100% de sua capacidade instalada será destinada ao atendimento desses contratos.

21.2 Garantias

<u>Tipo de garantia oferecida</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u> não auditado
Penhor de Ações (a)	116.813	-
Seguro garantia (b)	6.440	-
Fiança Bancária (c)	171	-

- (a) Penhor de Ações: Conforme contrato de penhor dos direitos emergentes firmado entre o agente financiador e as controladas, neste caso beneficiárias, para assegurar o pagamento das obrigações assumidas nos contratos de empréstimos e financiamentos, foi dado em garantia todas as ações representativas do capital social das controladas, durante a vigência do contrato. A responsabilidade final das ações dadas como garantia em sua totalidade pertencem à Companhia.
- (b) Seguro garantia: O Seguro Garantia é um tipo de seguro destinado aos órgãos públicos e às empresas privadas com o objetivo de garantir o fiel cumprimento das obrigações contratuais estipuladas pelas partes, conforme descrito na apólice. Nas empresas privadas, o seguro em relações contratuais feitas com terceiros que desejam mitigar ou anular o risco de descumprimento com seus fornecedores, prestadores de serviços, entre outros. O Seguro garantia refere-se à Garantia para participação em Leilão.
- (c) Fiança Bancária: é um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira. O saldo de Fiança Bancária refere-se ao contrato de uso do sistema de distribuição e transmissão.

22 Meio ambiente

A Companhia está sujeita a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas contra a Companhia por eventual inobservância da legislação.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 31 de dezembro de 2018 foram de R\$271 (2017 R\$209), sendo registrado no resultado do exercício R\$264, (2017 R\$155) relativos a gestão ambiental da operação, R\$3 (2017 R\$53) relativos a monitoramento da fauna e R\$4, relativos a recuperação de áreas degradadas.

23 Cobertura de seguros

A Companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Descrição	Ramo da Apólice	Limite Máximo de Indenização Consolidado 31/12/2018
Ativo Imobilizado	Riscos Operacionais - Danos Materiais, Lucros Cessantes	630.000.000
Responsabilidade Civil	Geral	6.000.000
Outros	Seguro Garantia & Fianças	6.610.914

24 Transações não envolvendo caixa

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Provisão para desmantelamento	495	-
Fornecedores de imobilizado	15.677	-
Encargos financeiros capitalizados	7.532	1.968

* * *

Renato Volponi Licio
Diretor Presidente

Filipe Domingues
Diretor Financeiro

Alfredo Antônio Tessari Neto
Contador CRC: 1SP176534/O-5